

PROGRAMA ELEITORAL DO PSOL SERGIPE – 2022
NIULLY CAMPOS E DEMÉTRIO VARJÃO
Federação PSOL- Rede

Apresentamos um programa-movimento, que parte das demandas mais sentidas da população, e está aberto a críticas e atualizações. É um programa vinculado à organização e pressão popular para sua efetivação. Dessa forma, acreditamos que um governo voltado para a classe trabalhadora e as pessoas mais pobres de Sergipe, precisa ser coletivo, com ampla participação e mobilização. Queremos avançar no conteúdo e na forma, chamando a população para votar num projeto socialista, mas permanecer organizada na luta pela garantia desse projeto, na construção de um governo popular em Sergipe. Garantir vida digna será a meta mobilizadora do nosso governo. Dignidade começa com o povo de Sergipe tendo o que comer, tendo onde morar e tendo saúde pública e de qualidade para trabalhar. Vamos à luta com Niully e Demétrio. Tá na hora de Sergipe ter Governadora. Tá na hora da gente!

Breve análise da estrutura econômica, política e do governo Belivaldo

Sergipe é um estado rico, com muitos recursos naturais e grande potencial de desenvolvimento. Contudo, possui um grau elevado de desigualdade social e pobreza. O IDH - Índice de Desenvolvimento Humano – de Sergipe se encontra na 20ª posição entre os estados brasileiros. Um dos piores índices do país.

Com uma formação histórica baseada nos engenhos e latifúndios de cana de açúcar, depois combinado com a indústria têxtil, a chegada da Petrobrás e da Vale do Rio Doce, aliados a vultuosos investimentos da extinta SUDENE no período da ditadura militar, Sergipe consolidou uma economia pouco diversificada e muito dependente das variações do mercado.

Com o avanço do setor industrial do petróleo, fertilizantes e cimento, o Estado experimentou uma maior concentração urbana e uma ampliação do setor de serviços. Hoje o setor de serviços responde por cerca de 70% PIB sergipano. Além disso, tem avançado sem precedentes o agronegócio. Em 2017, o estado ficou em segundo lugar de crescimento no Nordeste com uma taxa de crescimento de 9,7%. Além da diminuição da produção de alimentos e a devastação ambiental, o agronegócio tem monopolizado a compra da produção direta do camponês, estabelecendo valores menores de mercado, utilizando agrotóxicos em larga escala e subordinando a pequena propriedade à lógica do capital. Cresce também a produção de transgênicos no campo sergipano, sendo o estado segundo lugar no Nordeste na produção de milho transgênico.

Considerando as duas etapas do fluxo, 60 mil toneladas do grão, provenientes de lavouras baianas, embarcaram do terminal de Sergipe para o mercado norte-americano. O secretário de Estado da Agricultura, André Bomfim, agendou visita ao terminal e acompanhou a operação, que representa a primeira exportação do grão já registrada no Porto, e abre novas oportunidades para o agronegócio sergipano. (Agência Sergipe de Notícias)

De acordo com o IBGE, além do setor de serviços e o agronegócio, também vem se destacando a carcinicultura no estado. Sergipe ocupa atualmente o 4º lugar do Brasil na criação de camarão. Entretanto, esta prática vem sendo denunciada como predatória da natureza, do mangue e das condições de vida e trabalho dos pescadores e marisqueiras.

Nossos territórios habitados por pescadores e pescadoras artesanais, marisqueiras, quilombolas, extrativistas, camponeses e uma diversidade de trabalhadores e trabalhadoras de muitos e diversos ramos; são historicamente impactados por empreendimentos. Tais como: a indústria do petróleo, usinas eólicas, termoelétricas, especulação imobiliária, turismo predatório e a carcinicultura. Cotidiana e historicamente nossos direitos humanos são violados e nossa natureza é destruída. Dessa forma, tem sido cotidiana e histórica nossa resistência às tentativas de nos exterminar. Esse quadro foi profundamente agravado a partir de setembro de 2019, quando fomos impactados pelo maior derramamento de petróleo do Atlântico Sul, o maior crime ambiental da história do país. Esse episódio impactou estruturalmente as comunidades, pois impediram que nós pudéssemos consumir e comercializar nossos produtos: peixes, mariscos, ostras, caranguejos, bem como, os outros crustáceos que conseguíamos extrair do mangue; o artesanato, as geléias, as polpas, etc. (Carta das comunidades tradicionais de Sergipe, 2021)

Com essa estrutura produtiva pouco diversificada e refém do mercado, em meio a uma crise global e pandemia a estrutura produtiva de Sergipe teve dificuldades. A elite sergipana, que tem origem na escravidão e foi se adequando ao processo de modernização, controlando os meios de comunicação e os setores estratégicos da administração pública, segue no comando político do Estado, revezando seus representantes políticos a partir de seus interesses. O professor Ibarê Dantas, em pesquisa importante sobre a ditadura militar, demonstra a formação histórica do controle econômico e político em Sergipe a partir do exemplo da família Franco.

“Em Sergipe, a grande novidade do início do ano foi o anúncio de que a ARENA estava apoiando consensualmente a candidatura de Augusto do Prado Franco. Filho nato da aristocracia açucareira sergipana, o referido empresário até 1964 dedicava-se principalmente a administrar fábrica de tecidos e usina de açúcar. (...) Prestigiado, adquiriu generosos empréstimos, de tal forma que, no início da década de 1970, seu cadastro no Banco do Brasil era considerado caso especial, sujeito a instruções diretas da Agência Central. Em 1975, comprou duas das maiores usinas de Sergipe (Central-Riachuelo e Oiterinhos), formando moderno complexo açucareiro

responsável pela produção de mais de 2/3 do açúcar do Estado. Ao lado desse empreendimento, ampliou sua atuação na indústria têxtil, conseguindo aprovação pela SUDENE de projeto de uma empresa moderna, a Nortista, além de outros investimentos em vários setores. Esse lastro econômico, o mais poderoso do Estado, tornar-se ia ainda mais significativo político e ideologicamente pela inversão sistemática na área de comunicação. Em 1969 inaugurou a Rádio Atalaia, em 1976 conseguiu a instalação e o controle absoluto da estação de TV 31 de março, canal 8; em 1977 comprou um dos mais modernos diários da capital, o Jornal da Cidade. Contratou jornalistas, assessores, e cooptou alguns intelectuais que passaram a atuar a serviço de seu projeto como artífices da propaganda ideológica, construindo a imagem positiva do grupo, quer elaborando ideias e codificando-as, quer combatendo todas as correntes que viessem dificultá-la, fossem da ARENA ou do MDB " (DANTAS, p. 299 e 300)

Diversos setores econômicos e políticos que contribuíram e se fortaleceram com a ditadura empresarial-militar seguem participando ativamente da política sergipana, o que evidencia as grandes dificuldades estruturais e políticas que a classe trabalhadora e a esquerda sergipana têm encontrado. O atual governo é apenas um administrador dos interesses das elites sergipanas, utilizando o Estado com mediação entre os velhos e os novos grupos econômicos.

O governo assistiu o desmonte da Petrobrás e do parque industrial sergipano. Abriu o estado para empreendimentos internacionais como a usina Termoelétrica, causando grande impacto ambiental e social no litoral norte. Além da destruição do Rio São Francisco, do modo de vida e da cultura dos povos ribeirinhos, os noticiários mostram diversos municípios de nosso estado sofrendo com a falta de água, muitos deles banhados pelo próprio São Francisco, e única resposta do Governo do Estado é a privatização da Deso. (...) executa uma política de desvalorização dos servidores e do serviço público e ignora a violência policial contra a população negra. O governo Belivaldo não apresenta uma única política de moradia, saneamento básico e melhoria da vida do povo. Ainda por cima, é aliado de bolsonaristas como Láercio Oliveira, Bosco Costa e Gustinho Ribeiro. É um governo anti-popular! (Tese PSOL Semente ao 7º Congresso do PSOL Sergipe)

Sergipe hoje amarga um cenário triste. A fome, o desemprego e a violência cresceram assustadoramente. De acordo com dados do IBGE, Sergipe possui a 4ª maior taxa de desemprego do Brasil com uma taxa de desocupação de 14,9%, acima, inclusive, da média nacional. Isso significa 169 mil pessoas sem trabalhar. Quanto ao trabalho

informal Sergipe está em 6º lugar nacional. Um cenário de falta de trabalho ou de trabalho sem garantias mínimas de direitos.

No que diz respeito à fome “46,8% da população sergipana enfrenta graves problemas relacionados à falta de alimento” (IBGE/Jornal da Cidade). O dado inclui tanto as famílias que não tem o que comer, como aquelas que não conseguem ao menos as três refeições diárias.

A situação econômica do estado é grave e seus desdobramentos agudizamos problemas sociais. Esse quadro não é uma fatalidade, antes resulta de escolhas feitas ao longo da história, ao se construírem estruturas econômicas frágeis, durante surtos de crescimento promovidos pelo Governo Federal e por ex-statais do setor produtivo. Atualmente sofrendo o revés do esgotamento dos surtos de crescimento e do arrefecimento da parte da atividade econômica integrada à economia nacional, Sergipe está novamente diante da mesma encruzilhada. **O início de operação da termoelétrica e a exploração de petróleo em águas profundas e gás pouco agregarão à estrutura produtiva do estado.** A influência estadual sobre as decisões de suas unidades, por sua vez, é mínima. **Podemos escolher o caminho que nos levará ao arrasto futuro, econômico e social, causado pelo (provável) arrefecimento ou desativação de plantas resultantes dos investimentos da termoelétrica e da exploração de petróleo e gás, trocados hoje por benefícios passageiros, ou escolher planejar ou só de tais benefícios, através de uma Administração Pública repensada para atuar mais ativa, eficiente e eficazmente na economia, de forma a endogeneizar as forças de crescimento e evitar os problemas sociais decorrentes de sua exaustão futura.** (grifos nossos, NÓBREGA, Anuário SócioEconômico de Sergipe, p. 18, 2019)

O papel do PSOL para além das eleições!

(...) Cadê os governantes que a gente elegeu?
Ninguém sabe, ninguém ouve, ninguém vê.
E as belas palavras que o canalha prometeu?
Ninguém sabe, ninguém ouve, ninguém vê.

Saúde, educação, emprego e moradia
Ninguém sabe, ninguém ouve, ninguém vê.
O que vejo é repressão pelas ruas nas esquinas
Ninguém sabe, ninguém ouve, ninguém vê.

O humilde cidadão sofre agressão policial
Ninguém sabe, ninguém ouve, ninguém vê.
Mas pro ladrão magnata ficar livre é normal

Ninguém sabe, ninguém ouve, ninguém vê.
(Ninguém sabe, Reação)

O PSOL, enquanto um partido formado de militantes tem atuado de forma permanente, inclusive na pandemia, para fortalecer a luta da classe trabalhadora brasileira e sergipana por direitos e pela vida. A militância está construindo movimentos sociais, sindicatos, mas também atuando enquanto partido na luta pelas mudanças estruturais em nossa sociedade.

O PSOL desenvolveu uma série de iniciativas políticas no último período. Exigimos garantias trabalhistas e direitos sociais do estado, participando de atos públicos e buscando os órgãos da justiça para fazer valer as demandas. O PSOL ainda protocolou uma carta com propostas para o enfrentamento à violência doméstica e a violência contra a mulher durante a pandemia.

No ministério público, em diálogo com as denúncias do movimento negro, o PSOL obteve uma importante vitória. Solicitamos que o governo do estado disponibilizasse os números do coronavírus em seu site eletrônico oficial considerando os indicadores de cor/raça, pois sem saber como o corona atinge a nossa população não podemos pensar em políticas públicas específicas. O ministério público acatou a representação e o governo do estado foi obrigado a divulgar o indicador cor/raça, ficando comprovado que o maior número de pessoas infectadas e de óbitos no estado de Sergipe em relação ao coronavírus é composto por pessoas negras.

Para além das necessárias exigências ao poder público, a militância do PSOL se engajou em diversas campanhas de solidariedade como a Cozinha Solidária, o movimento tudo para todos, e a campanha “Sergipe sem fome”. Com aumento do desemprego, condições precárias de moradia nas favelas e periferias, crescimento do preço dos alimentos, a auto-organização das comunidades e dos estudantes para arrecadar álcool em gel, máscaras, roupas, alimentos, etc. foi fundamental para a sobrevivência, minimizando os efeitos da pandemia para centenas de famílias.

A militância do PSOL esteve lado a lado nas lutas com a comunidade do Santa Maria em defesa da reserva extrativista das mangabeiras, com os servidores de Aracaju na luta pelo piso e por melhores condições de salário e trabalho, com as famílias vítimas de violência policial em conjunto com o fórum de entidades negras, com os servidores federais na luta por mais verbas para a educação e saúde pública, concursos públicos, com a Ocupação Centro Administrativo e MTST na luta por moradia, e tantas outras lutas populares.

Essa atuação política cotidiana é fundamental, e não apenas em período eleitoral. Acreditamos que a eleição é um momento importante da disputa política da sociedade, mas que a mobilização e a participação popular é que fazem as grandes mudanças ao longo da história.

POR UMA POLÍTICA VOLTADA PARA A MAIORIA DO NOSSO POVO! TÁ NA HORA DA GENTE!

1) Enfrentar a crise econômica e desenvolver a economia de Sergipe!

Sergipe hoje é um estado bastante dependente dos repasses da União e de investimentos externos. Precisamos desenvolver a economia do estado, que passa por reestabelecer a indústria, sem as grandes isenções do PSDI, que prejudicam a arrecadação do estado para os direitos sociais, diversificar a economia para não depender quase que totalmente do mercado de petróleo/gás. Os royalties devem ser discutidos e investidos de acordo com a escolha democrática da população. É preciso suspender a política de empréstimos e realizar uma auditoria das contas e da dívida pública. O programa deve enfrentar as privatizações e às PPP's, fortalecendo os investimentos públicos nos setores estratégicos, e fortalecer os mecanismos de combate à corrupção. Para fortalecer a arrecadação do Estado é fundamental valorizar os servidores do fisco, com reestruturação legal e estrutural da Sefaz, estabelecendo prioridade dentro da estrutura administrativa, formação continuada, recomposição das perdas salariais e carreira única; Revogação da contra-reforma da previdência de Belivaldo; Fortalecimento das empresas estatais.

2) Emprego e renda!

Sabemos que o problema do desemprego é nacional, mas podemos ter iniciativas locais para alavancar o emprego e a renda da classe trabalhadora. Propomos um "Plano de Obras Públicas", que envolva os trabalhadores na construção de equipamentos públicos essenciais à população como creches, restaurantes populares, escolas, postos de saúde, conjuntos habitacionais, praças, etc. Maior investimento em educação, cursos de capacitação e profissionalização. Fortalecimento dos micro e pequenos empresários. Aproveitar as belezas naturais e o patrimônio histórico para desenvolver o turismo de base comunitária, envolvendo diretamente as comunidades na geração de emprego e renda e, ao mesmo tempo, contribuindo com a preservação do ambiente. Retomar os concursos públicos em todas as áreas para que os serviços públicos cheguem para todas as pessoas. Do ponto de vista da assistência social e o combate à pobreza é urgente a instituição de uma renda básica permanente no valor de um salário mínimo.

3) Reforma Agrária e Urbana

O agronegócio traz graves impactos no preço e na qualidade dos alimentos por conta do uso de agrotóxicos, além da precarização do trabalho, destruição ambiental, questões de saúde, etc. A reforma agrária precisa ser retomada, com a desapropriação dos latifúndios e fomento à produção agroecológica de alimentos saudáveis e baratos para a população, garantindo, também as terras das comunidades quilombolas e ribeirinhas. No campo, é preciso ampliar o incentivo à agricultura familiar e aos pequenos produtores cooperativados, fornecimento de sementes, em paralelo ao fomento às hortas urbanas. É urgente avançar nas políticas de aluguel social e desapropriação de imóveis abandonados, com dívidas. Doação de terras às ocupações de moradias urbanas e rurais, como a ocupação do Centro Administrativo, MTST, etc., paralelo a garantia de política pública de construção de moradias dignas. Licitação e Estatização do sistema de transporte público na capital e região metropolitana.

4) Ecosocialismo: Em defesa do ambiente e da vida das catadoras de mangaba, povos indígenas, quilombolas, pescadores e marisqueiras!

Chega de destruição ambiental! Esse modelo capitalista de desenvolvimento tem prejudicado os nossos rios, manguezais, nossos alimentos e a vida do povo, especialmente as comunidades indígenas e ribeirinhas como pescadores, marisqueiras, quilombolas e catadoras de mangaba, que tem sofrido muito nos últimos anos com derramamento de óleo no litoral, poluição da usina termoelétrica, especulação imobiliária e carcinicultura. Por isso é importante barrarmos a chegada da Exxon Mobil em regiões quilombolas. Precisamos construir uma proposta ecossocialista, a partir de energias limpas como a energia solar e eólica, produção orgânica por meio de cooperativas de trabalhadores, ações de recomposição florestal, recuperação do Rio São Francisco e criação das RESEX – Áreas de Reserva Extrativista.

A crise socioambiental é um desastre que afeta todo o mundo e tem como origem o modo de produção capitalista, que está baseado na competição individual, na propriedade privada dos meios de produção e dos recursos da natureza, na geração irracional de riqueza material, o que leva à exploração predatória dos recursos naturais e na ausência de um planejamento social, democrático e racional da produção e distribuição.

Como causa e consequência desta crise, alimentada pela indústria dos combustíveis fósseis, enfrentamos as emergências climáticas de alcance regional e global que atinge fundamentalmente à classe trabalhadora, populações tradicionais e periféricas, negros e negras, idosos e crianças.

No Brasil, a crise se torna mais aguda por ação direta do governo facista e negacionista de Jair Bolsonaro, com a política desmonte da já frágil estrutura de proteção e fiscalização ambiental, do incentivo à mineração, do desmonte da Petrobras, do avanço da grilagem de terras, e do avanço do agronegócio sobre as áreas naturais e extermínio dos povos indígenas e tradicionais. Em Sergipe, o governo aposta a favor das emergências climáticas. Incentiva e aprofunda a cadeia produtiva do petróleo em nosso território, retira direitos, isola e ameaça a existência das comunidades quilombolas, ribeirinhas e extrativistas tradicionais, pela total ausência de políticas públicas socioambientalistas.

A solução racional e ambiental para a superação desse sistema falido passa necessariamente pela adoção de planejamento popular, democrático e científico da produção e na distribuição igualitária da riqueza. Pelo reconhecimento e valorização do modo de vida e de produção dos povos indígenas, originários, quilombolas e ribeirinhos, que têm na proteção dos recursos naturais uma característica central.

No plano econômico, é necessário incorporar uma mudança radical em sua teoria, compreendendo os limites da natureza. Há medidas sociambientais que devem subordinar o indicador do PIB, entre os quais o Índice de Desenvolvimento Humano e o GINI, medida de desigualdade desenvolvida. É fundamental construir alternativas ao desenvolvimento na lógica produtivista, optando por fontes de energia renováveis, frente aos combustíveis fósseis, a agroecologia e agricultura familiar, frente ao agronegócio e aos transgênicos, manutenção dos serviços ecossistêmicos frente ao desmatamento. Trabalho, emprego e renda devem estar submetidos a uma economia em favor da vida, e não a exploração e a morte.

É preciso romper com esse sistema! É tarefa do PSOL, hoje, construir o ecossocialismo como saída estratégica para a população brasileira.

Proteção socioambiental:

- Criação de reservas extrativistas estaduais para proteção do modo de vida das comunidades ribeirinhas e tradicionais;
- Apoio à aprovação do projeto de lei 131/2020 que visa a criação e a regularização do território pesqueiro.
- Reconhecimento e visibilidade dos trabalhos e produção das mulheres na cadeia produtiva da pesca.
- Criação de editais de apoio à pesquisa e a extensão direcionados à pesca artesanal e ao manejo de espécies nativas.
- Fortalecimento da gestão compartilhada entre os diversos órgãos do governo e pescadores e pescadoras artesanais.
- Fortalecimento dos órgãos de fiscalização.
- Fortalecimento do processo de licenciamento ambiental.
- Criação do Comitê popular em gestão socioambiental.
- Integrar vigilância ambiental, epidemiológica e sanitária.
- Respeito aos direitos territoriais das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas

Cidades:

- Criação de projeto de readequação dos prédios públicos as emergências climáticas! Segundo critérios de eficiência energética.
- Ampliação do transporte público, com substituição progressiva do diesel por biocombustíveis.
- Planejamento habitacional que não comprometa a preservação das áreas verdes e de mananciais.
- Criação do programa estadual de coleta e uso de águas pluviais que contemple edifícios públicos e privados.
- Participação dos municípios na despoluição, desassoreamento e descanalização e recuperação dos rios e matas ciliares.
- Tarifa zero nos transportes públicos.
- Inspeção veicular obrigatória.
- Implementar a coleta seletiva de lixo, reciclagem e apoio às cooperativas de catadores.

Transição energética justa e combate às mudanças climáticas:

- Incentivar o mercado de produção de energia limpa com respeito à biodiversidade e às comunidades tradicionais.
- Investir nos transportes coletivos e outros modais.

- Plantar uma árvore por habitante.
- Investir no reflorestamento dos biomas nativos.
- Instalação progressiva de painéis solares em prédios públicos.
- Cidades com mais de 100.000 habitantes devem criar um programa de levantamento e monitoramento de emissões de gases de efeito estufa.
- Criar Programa de utilização da água de reuso para fins não potáveis.

Reforma agrária e soberania alimentar:

- Criação de programas de formação continuada em agroecologia, permacultura e sistemas agroflorestais.
- Incentivo às hortas urbanas.
- Aprovação de leis restritivas ao cultivo de transgênicos.
- Garantir que o abastecimento da merenda escolar da rede estadual seja feito por alimentos orgânicos oriundos da agricultura familiar.
- Incentivo à compostagem de resíduos sólidos orgânicos como alternativa ao uso de fertilizantes químicos.
- Criação de lei impedindo pulverização aérea

Segurança hídrica:

- Proteção das reservas de água doce, com proteção às fontes, recomposição de matas ciliares, nascentes, brejos, várzeas, áreas úmidas, estuários, banhados e qualquer outra fonte hídrica disponível, reafirmando a característica do código florestal de preservar a vegetação como geradora de água.
- Defesa da DESO 100% estatal!
- Programa Água Para Todos, de acesso universal à água potável, coleta e tratamento de esgotos em todos os municípios.
- Universalização da coleta e tratamento de esgoto em todo município, com gestão pública e sem terceirização
- Criação de comitês populares de recursos hídricos e saneamento municipais.

5) Em defesa do SUS e da saúde pública!

É necessário fortalecer outra concepção de saúde, dando destaque à prevenção, Programa de Saúde da Família, como garantia de direitos básicos. Na pandemia, foi essencial a atuação do SUS, mesmo com todas as dificuldades, que já estavam postas, pela falta de políticas públicas e investimentos para a saúde pública por parte dos governos. As trabalhadoras e trabalhadores da saúde merecem todo o nosso respeito e precisam ser valorizados. Defendemos acabar com a privatização da Fundação Hospitalar de Saúde (FHS) e as contratações temporárias, para avançar num sistema 100% público de saúde que garanta os direitos das trabalhadoras/es da saúde e atenda de fato a população sergipana.

Mais investimento e melhor gestão

Sergipe vive há algum tempo, um quadro geral caótico na saúde, um cenário agravado com o envelhecimento da população e com os novos desafios impostos pela realidade pandêmica (que não acabou, embora o governo siga se comportando como se fosse uma questão superada e durante a pandemia tenha cedido às pressões de reabertura sem planejamento). Durante a pandemia houve grande demora e dificuldade de promover ações integradas (nas três esferas); sobrecarga na rede de remoção de pacientes, falta de insumos, de protocolos de atendimento e muita demora na vacinação. Durante a pandemia se evidenciou o déficit de 41% em leitos pediátricos em Sergipe. Em consequência, a taxa de mortalidade por Covid-19 entre crianças e adolescentes foi mais elevada aqui do que nos outros estados do Brasil e do que a média internacional (*Tropical Medicine and International Health*, janeiro). Aliás, mesmo tendo havido um aumento de investimento *per capita* nos últimos anos, também é verdade que Sergipe gasta mal. O povo reclama muito das filas, da demora para um exame ou cirurgia. A superlotação do HUSE é pauta todo dia e ano após ano, resolver esse quadro vira promessa de eleição. Saúde é direito social fundamental e isso exige olhar para a saúde com foco na qualidade de vida, visando prevenção e promoção da saúde, gestão transparente e eficiente. Nossos compromissos são:

- Fortalecer o SUS, de forma coordenada com municípios, priorizando investimento na atenção primária, como estratégia de expansão, qualificação e consolidação da atenção básica, estruturando as equipes de saúde da família.
- Combater o subfinanciamento e realizar auditoria nos gastos e contratos;
- Informatizar sistemas para controle de prontuário, de insumos e medicamentos, e controle de despesas;
- Fortalecer o CIDES - Centro de Informações e Decisões Estratégicas em Saúde, utilizando os dados em diálogo com orçamento participativo, como orientação durante a pactuação Inter federativa (Comissão Interfederativa Bipartite) para a qualidade das decisões e das metas, com foco na descentralização e regionalização;
- Reestruturar e garantir resolutividade nos hospitais regionais;
- Com investimento, informatização e gestão integrada, a atenção primária, especializada, ambulatorial e hospitalar, de fato funcionarão de forma descentralizada;
- Reduzir gradativamente as filas (inclusive a demanda represada na pandemia) de exames, cirurgias e consultas com especialidades – utilizando quando possível a telemedicina;

A saúde é feita de gente

Sob a justificativa de desburocratizar contratações, o governo tem fragilizado o sistema e principalmente as relações de trabalho. A saúde é feita de gente. É preciso trocar as lentes com as quais o governo enxerga a saúde pública. Humanizar o olhar de quem está gerindo o Estado é tão importante quanto humanizar o atendimento do usuário. Cuidar de nossa gente e cuidar de quem cuida da gente. O foco precisa ser investir em saúde preventiva, atenção básica e fortalecimento da carreira pública para os servidores da saúde de Sergipe.

- Estruturar as carreiras dos médicos e profissionais da saúde, com realização de CONCURSO PÚBLICO, pagamento do piso, estímulo a formação continuada e

garantia de condições de trabalho. É preciso ainda incorporar os profissionais da Fundação Hospitalar ao quadro dos servidores do Estado, caminhando para acabar com as terceirizações nessa atividade fim.

- Dialogar e fortalecer a carreira da enfermagem e demais profissionais da saúde, garantindo o pagamento do piso aprovado.
- Fortalecer em diálogo com municípios, agentes comunitários de saúde e de endemias.
- Fortalecer o controle social das políticas de saúde, com orçamento participativo e garantia de autonomia real e poder decisório ao conselho estadual de saúde, bem como os conselhos municipais; retomar conferências de saúde;
- Promover acesso de populações excluídas do sistema de saúde, como as pessoas trans, com respeito ao nome social e identidade, garantindo inclusive tratamento ambulatorial, acessibilidade nas unidades de saúde com pessoal especializado;
- Promover política especial de atenção à saúde da população Idosa.
- Promover a política integrada de assistência à saúde das pessoas com deficiência, seguindo as diretrizes da política antimanicomial.
- Garantir assistência psicológica em todas as unidades básicas de saúde do Estado por meio de concurso.

Saúde integral – cuidado como dimensão da vida humana

Não podemos seguir centrando esforços apenas em questões mais emergenciais de estrutura, equipamentos e funcionamento da rede, hospitais, etc. É fundamental fortalecer outra concepção de saúde, com ênfase na prevenção, no cuidado, na relação médico paciente (que é uma relação de confiança e não pode ser reduzida a uma relação médico doença). Cuidar de alguém é enxergar aquela pessoa em sua integralidade. As pessoas e os profissionais de saúde não são peças de engrenagem que devem sempre produzir e produzir. A principal tarefa da saúde é aliviar o sofrimento humano. Nós queremos cuidar das pessoas. Acabamos de perder mais de 600 mil pessoas. Em Sergipe, mais de 6400 pessoas, dentre elas muitos profissionais da saúde. Não dá para seguir indiferentes a tudo isso. A gente precisa cuidar uns dos outros, das relações e ambientes de trabalho, das crianças, dos idosos, das pessoas com deficiência. Saúde é dignidade humana. Mas o cuidado integral não começa na cura da doença. Para a saúde preventiva propomos:

- Garantia de segurança alimentar (renda básica, cozinhas solidárias, alimentação escolar de qualidade);
- Acesso à água de qualidade (fortalecimento da DESO);
- Cerca de 77% da população sergipana não tem acesso à coleta de esgoto (Instituto Trata Brasil, 2019), é fundamental investir em rede de esgoto e saneamento básico;
- Fortalecer programas de VACINAÇÃO da população.
- Retomar formação de agentes voltados à política de redução de danos para cuidado com usuários de drogas;
- Fortalecer a vigilância sanitária e a educação sanitária da população;

Questão animal

- Cumprimento da legislação estadual sobre a matéria, bem como o aperfeiçoamento daquilo que se fizer necessário.
- Articulação das políticas públicas em torno de uma pasta específica para a matéria.
- Desenvolvimento de ações permanentes de educação animalista, com destaque para a importância de um calendário de ações educativas.
- Firmar parcerias com a UFS e a Pio X para funcionamento dos hospitais para atender a população de baixa renda.
- Estabelecer um canal de comunicação com as ONG's e protetores independentes.
- Criação do Conselho Estadual de Direito Animal.
- Viabilizar um hospital veterinário público de Sergipe, ou garantir o funcionamento com a estrutura já existente no hospital universitário.

6) Educação e Cultura

Defendemos mais investimentos públicos na cultura e educação. Acesso para a classe trabalhadora em museus, teatros, cinemas, etc., valorização dos artistas e grupos culturais para além dos festivais. Para a educação devemos lutar para zerar o analfabetismo; valorização das professoras e professores por meio do piso e do plano de carreira, concurso público para todas as funções da escola; currículos que incluam a diversidade de raça, gênero, que respeite a educação do campo, educação quilombola e indígena; garantia de acessibilidade às pessoas com deficiência, com formação pedagógica, materiais e recursos necessários para uma efetiva inclusão, ampliação e construção de mais escolas públicas; criação de uma universidade pública estadual. Inclusão digital com internet e equipamentos acessíveis para a população sergipana.

O estado de Sergipe possui 322 unidades escolares sob a responsabilidade administrativa do Governo Estadual. São 10 diretorias regionais que atuam junto aos 75 municípios sergipanos. Segundo dados de 2021, o estado possui 2.728 professores efetivos para atender a 23.610 alunos em anos iniciais, 43.987 em anos finais do ensino fundamental e 68.676 matriculados no ensino médio. Além de 18.446 na Educação de Jovens e Adultos e, 3.448 matrículas no ensino especial.

Tomamos como referência para análise das condições da educação no período disponibilizado pelo sítio do Governo de Sergipe (2014 a 2021). Se compararmos o número de matrícula entre os anos de 2014 a 2021, observamos que entre os anos de 2019 e 2020, a matrícula permaneceu sem muita alteração. No entanto, no ano de 2021 o número de matrícula aumentou em 5.364. A pandemia não fez decrescer a matrícula, ao contrário. Foi a maior matrícula desde 2014 (45.712) cresceu em 2021 para (49.935). Esse dado é muito importante para valorização e reconhecimento da importância da escola pública e a necessidade de política pública efetiva.

Se observarmos apenas para a capital, pode-se identificar 78 escolas sob a responsabilidade administrativa do Estado com uma matrícula total (2021) de 49.794. Essas unidades escolares não possuem trabalho de inclusão, currículos referenciados socialmente com prioridade para o desenvolvimento de práticas que reconheçam a

importância de cultura negra, das pessoas lgbtquiap+; mulheres, pessoas com deficiência e doenças raras, comunidades tradicionais, adultas e idosas.

Também é importante explicitar que a política de educação de jovens e adultos vem sendo acompanhada pelo fechamento de salas de aula e de unidades de ensino no campo e na cidade, contribuindo para colocar à margem milhares de trabalhadoras e trabalhadores que foram jogadas para o ensino noturno pela falta de condições para estudar em idade convencional.

O ensino médio vem sofrendo diversas mudanças e se implantou em tempo integral sem a garantia de permanência com qualidade nas escolas, além da mudança curricular a partir da reforma do “Novo Ensino Médio” do governo Bolsonaro, atendida de prontidão no estado de Sergipe sem diálogo com estudantes e trabalhadoras/es da educação. Ensino precarizado e fragilizado pela redução curricular no trato dos conteúdos.

Importante analisar que a fragilidade da política pública, a retirada de direitos, o desinvestimento na educação pública que vem causando inúmeros prejuízos à população, principalmente as mais vulneráveis que tem na escola, na maioria das vezes, o único espaço de socialização e de construção de uma cultura letrada. Por isso, é importante em um programa de governo do PSOL, o comprometimento com os mais afetados pela política excludente e opressora, frequente no modus operandi da pasta da educação.

Apesar de não ser responsabilidade direta do Estado com as creches e a educação básica nos primeiros anos de vida. É importante que o estado assuma uma responsabilidade solidária com os municípios para garantir uma educação integral para os filhos e filhas da classe trabalhadora.

Prioridade na Educação Pública é central para garantir a soberania e autonomia das crianças, adolescentes e adultos. É dever do Estado! Propostas gerais para a garantia do direito à Educação Profissionais da educação e dos serviços, deve-se garantir:

- Revogação da contrarreforma da previdência do Governo Belivaldo;
- Reestruturação da Carreira do magistério para reestabelecer direitos;
- Realização de concurso público para todos os níveis, modalidades e especialidades da educação;
- Substituição dos contratos por serviços prestados diretamente pelo estado. Educação 100% pública sem terceirizações;
- Elaboração e envio de projeto de lei para reestabelecer e criar cargos extintos e novos para atender as demandas das escolas (acabar com a terceirização);

Infraestrutura:

- Manutenção e ampliação das escolas existentes com as garantias de acessibilidade, de acesso à água potável, banheiros e laboratórios, espaços livres de produção e socioterritorialização das escolas em todos os municípios;
- Criação de novas unidades escolares do ensino fundamental e médio próximas às moradias para atender a toda a população sergipana do campo e da cidade;

Currículo:

- Revogação da Lei do Novo Ensino Médio;
- Reestruturação do Ensino Fundamental e Médio com tempos de aprendizagem diferenciados (tempo escola-tempo comunidade) valorizando e reconhecendo as experiências de vida, de trabalho e os conhecimentos populares em diálogo com os conhecimentos científicos;
- Inclusão dos conhecimentos históricos, filosóficos, artísticos, culturais, sociológicos, ambientais, matemáticos, das diferentes linguagens como prioridade na formação das crianças e jovens, assim como o conhecimento profissional com destaque para a aprendizagem da inclusão e diversidade, das questões de gênero e da cultura e ancestralidade do povo negro e indígenas;
- Desenvolver currículos específicos para os territórios quilombolas, indígenas e a população do campo;

Educação do campo

Se observarmos a realidade das matrículas no meio rural, identifica-se a disparidade em relação às escolas urbanas nos diversos municípios. São apenas 32 escolas, com 189 professores para uma matrícula de 6.780 estudantes matriculados. Nos últimos 10 anos o estado praticamente fechou mais de 500 escolas no campo. Isso mostra o completo desrespeito com a educação do campo e com a formação dos filhos e filhas de trabalhadores. Existem em Sergipe profissionais qualificados com graduação em diversas áreas para atuar diretamente nos territórios camponeses e o estado nunca reconheceu a importância da educação, porque também não reconhece a importância das atividades camponesas, principalmente na produção de alimentos para a população. Compromissos com a Educação do Campo:

- Construir e manter as escolas no campo sergipano em todos os territórios de acordo com as demandas de cada município vinculado a um projeto de socioterritorialização do campo e do modelo de desenvolvimento econômico e social comunitário;
- Reestruturar o currículo da educação do campo, incluindo comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas para garantir uma formação humana e o desenvolvimento local das diversas comunidades, tomando como referência suas experiências culturais e o desenvolvimento das suas tecnologias;
- Realizar concurso público em todas as áreas da educação para atender aos diferentes níveis de formação;
- Desenvolver currículos no âmbito da educação profissional para atender às reais necessidades da produção da vida (artes, produção de alimentos, organização na produção – associativismo, cooperativismo.; agroindústria, produção de matéria prima para vestuários e calçados, currículo voltado à defesa dos ecossistemas e o desenvolvimento das sementes crioulas, assim como uma educação voltada para as comunidades ribeirinhas, extrativistas, marisqueiras, pescadoras e coletoras);

Educação Inclusiva

O Estado de Sergipe não tem política pública de inclusão, mas processos de terceirização que não garante o funcionamento das necessidades dos grupos PCD. Falta recursos humanos, ausência de materiais adaptados de acordo com as diferentes necessidades, salas de recurso com muita precariedade, transporte escolar inadequado; alimentação escolar precária, falta acessibilidade e projetos integrados para atender às diferentes demandas.

A única proposta que o estado tem apresentado é a terceirização dos serviços e a contratação de recursos humanos para esse público. Na prática, as crianças e jovens matriculados nas escolas somente conseguem ter as condições mínimas de aprendizagem dois meses ao ano devido a contratações atrasadas e em número reduzido.

No item condições gerais das escolas começamos por observar que os Centros de Excelência não apresentam condições mínimas de atendimento às pessoas com deficiência. Atendimento especializado só foi encontrado em duas escolas: O Centro de Atendimento Educacional Especializado João Cardozo Nascimento Junior (Grageru), com 125 alunos matriculados que mantem no seu quadro de profissional por meio de contrato de Apoio Escolar I e II (01 profissional para cada), assim como a existência da sala de recursos. Não há interprete em libras.

A segunda, é a Escola Estadual 11 de Agosto com 440 alunos matriculados e possui pessoal de apoio I (7 contratados); Apoio II (7 contratados) Interprete em Libras (em 4 contratados) e 01 sala de recurso. Nas demais escolas da rede em Aracaju, encontramos o seguinte número de profissionais: 02 profissionais de Apoio I; 26 profissionais de Apoio II; 06 Interpretes em Libras e 12 salas de recursos.

Isto é, das 71 escolas apenas 9,94% possuem na sua infra estrutura uma sala de recurso. Não tivemos como identificar a quantidade de profissionais que atuam nas salas e quantas crianças e jovens são atendidos, mas identificamos relatos de professoras exaustas com as demandas e dificuldades de atendimento e famílias que reclamam do não atendimento aos seus filhos.

Quanto ao Pessoal de Apoio I, a situação é grave, apenas (7,1%) tem cobertura desse profissional e sem atender a todas as especificidades. No caso do Apoio II, apenas (24,14%) tem a cobertura, porém, desses, 7 estão lotados em uma única escola, significa dizer que a cobertura é menor. Caso uma escola tenha 5 crianças com deficiência em um único turno, como esses profissionais irão acompanhar as diferentes pessoas com necessidades diversas?

Esse é o exemplo do “Centro de Excelência da Professora Maria das Graças Azevedo Melo (Coqueiral) que possui 1.225 alunos matriculados, em um único turno possui 5 adolescentes com deficiência (cadeirante (1); autistas (2); Síndrome de Down (1); Deficiência Intelectual (1). Como é possível uma única pessoa atender em tempo real todas as necessidades em um momento extra da sala de aula como alimentação escolar, acompanhamento ao banheiro, em atividade esportiva ou de recreação? A resposta não necessita de maiores estudos. Pode-se afirmar que não é possível atender.

As salas de recurso que são outros espaços importantes para assistir as crianças e adolescentes. Também são escassas. Das 71 escolas, apenas 9,94% possui esse espaço definido.

Ora, como se falar de política de inclusão, quando o básico não consegue ser cumprido, é sabido que as pessoas PcD, de Transtorno de Espectro Autista e de altas habilidades são capazes de desenvolver seu intelecto, habilidades e competências para viver em sociedade, construir sua independência, inclusive econômica e que, a educação tem um papel fundamental para eliminar barreiras e estruturar apoios que contribuam para superar as dificuldades, uma educação inclusiva é uma educação que promove as condições sociais, psíquicas que ampliem as oportunidades de sociabilidade a partir das suas diferenças e evitar isolamento e segregação.

No quesito formação profissional, as pesquisas realizadas por Souza (2021), mostra a importância da qualificação com maior tempo para todas e todos professoras e professores da rede. O que observamos em relatos de professoras é que a formação mais aprofundada, mesmo para quem está atuando na área, é realizada com os custos das próprias pessoas. Não há uma política de formação continuada para docentes e docentes especializados. O que existe em convênio com a Universidade Federal de Sergipe, possui uma carga horária reduzida e não alcança a todos.

Adolescentes que estão matriculados no Ensino Médio não tem nenhum acompanhamento para fazer a sua passagem até uma universidade. Não existe política inclusiva na preparação para o ENEM destes. O mesmo acontece com as unidades de ensino da rede estadual que também desenvolvem cursos profissionais de nível médio. Neste caso, pode-se afirmar que pelos dados da SEDUC, não é perceptível a presença nestas escolas de pessoal especializado para atender jovens em sua formação. A exemplo do Centro Estadual de Educação Profissional José de Figueiredo Barreto (Centro de Aracaju) que conta em 2021 com 641 matriculados e não possui nenhum profissional especializado concursado ou contratado no quadro do Centro.

Condições de atendimento nas escolas (infra estrutura) quadras, banheiros, bibliotecas, área livre, pátios, laboratórios... devem estar todos adaptados para garantir acessibilidade e a socialização de todas e todos. Esta realidade ainda está muito distante de acontecer e a solução para esse problema também é urgente.

Existem escolas com uma matrícula muito alta que apenas tem uma biblioteca e, segundo informações no sítio da SEDUC possui, apenas o acesso à internet, a exemplo do Centro de Excelência Colégio Estadual Prof. Ofensia Freire – 626 alunos (Farolandia); Centro de Excelência Vitória de Santa Maria (Sta. Maria) – 1.356 alunos só com internet e um laboratório; Colégio Estadual Jornalista Paulo Costa com 1506 estudantes (Matadouro) e só tem a internet (nada mais); dentre outras unidades. Há um grande descaso com as adequações físicas, mesmo que algumas escolas tenham sido reformadas mais recentemente, a maior parte delas não tem condições de atender a estudantes com deficiência.

Compromissos com a Educação Inclusiva

- Estruturar a rede de educação para a inclusão em todos os aspectos físicos, profissionais, currículo, transporte, alimentação e tecnologias adequadas;
- Promoção das condições de acesso ao conhecimento por meio de tecnologias assistivas com financiamento de equipamentos como tablet e bolsa Internet;
- Garantir o acesso das e dos adolescentes matriculados no ensino médio da rede pública estadual às aulas do PRESEED com o devido acompanhamento de profissionais especializados e materiais adequados;
- Promoção da inclusão dos jovens do ensino médio na Universidade e no Instituto Federal de Educação por meio de convênios estabelecendo relações entre a educação estadual e federal para viabilizar a continuidade dos estudos e formação profissional;
- Ampliação do número de professoras e professores para sala de recursos;
- Apresentação por parte da Secretária do Projeto para criação de novas funções (cargos e carreiras) para os profissionais de aprendizagem (Apoio II) e de apoio extra classe (Apoio I) e, profissionais Interprete em Libras
- Garantir o Concurso Público para profissionais atuarem na área da inclusão nas unidades escolares;
- Adequação física de todos os espaços escolares para atendimento das diferentes necessidades;
- Criação de salas de recursos em unidades onde não existe;
- Adequação de todos os móveis e equipamentos a partir de critérios ergonômicos para crianças e adolescentes de acordo com suas necessidades;
- Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional adequada às necessidades;
- Estimular e Apoiar o desenvolver um Plano de Educação Inclusiva em conjunto com a comunidade das unidades escolares para se mudar o paradigma da exclusão. Todas e todos tem responsabilidade sobre a inclusão. Para isso, é necessário campanhas educativas, estímulo a produção de materiais pedagógicos; seminários, dentre outros;
- Criar um canal de comunicação entre a SEDUC, o movimento de mães e pais, sindicato e Conselho de Direitos para viabilizar a política da educação inclusiva em comum acordo com a legislação específica;
- Apoiar a ampliação do diálogo entre redes e unidades de ensino com as famílias bem como intersetorialidade entre as políticas da assistência, saúde e da educação. Importante para garantir a aprendizagem do educando a parceria entre CAPS, CRAS e UBS's;

7) Segurança Pública numa perspectiva de Direitos Humanos!

Repensar a política de segurança centrada na repressão, para atuar na prevenção e na garantia de Direitos. Para isso é fundamental a desmilitarização das polícias, estabelecendo uma lógica comunitária e não de guerra contra as comunidades. Investir no sistema de inteligência e treinamento das polícias a partir da dignidade e dos direitos humanos, com valorização salarial, plano de carreira, com direito de organização e de greve. Redução massiva da população prisional e fim das violências na prisão; Não à privatização do sistema prisional; Defendemos seguir o exemplo do Canadá e do Uruguai de descriminalização das drogas, que tem gerado a violência da polícia contra as

comunidades em nome do combate ao tráfico. Somente com a garantia de emprego, educação, saúde, moradia, alimentação, teremos condições de enfrentar a violência.

- Defesa da desmilitarização das polícias e da sociedade. Por uma polícia promotora dos direitos humanos;
- Criação da carreira única com ingresso único;
- Implementação do ciclo completo de polícia, com controle externo realizado pelo povo, por meio de conselhos de segurança pública;
- Reestruturação da carreira das polícias Civil e Militar;
- Pagamento imediato do adicional de periculosidade das polícias Civil e Militar;
- Respeito e valorização salarial de todos os trabalhadores do sistema de segurança pública;
- Criação do Programa de monitoramento pelo fim da violência policial;
- Instalação de câmeras nos uniformes dos policiais;
- Criação do Programa de Desencarceramento, voltado à redução da população prisional e implementação de políticas sociais de acolhimento de jovens e adultos egressos;
- Prevenir e combater a tortura e as violações de direitos ocorridas nos presídios e unidades socioeducativas de Sergipe;
- Desprivatizar os presídios estaduais;
- Defesa do fim à “guerra às drogas”. Contra a criminalização do uso e do comércio de drogas.

8) Pela vida das mulheres, negros/as, LGBT's e pessoas com deficiência

As questões de gênero e raça devem estar no centro de qualquer proposta. Devem estar na discussão de emprego, meio-ambiente, educação, etc., interligando toda a proposta política. Não é uma questão a parte, mas a realidade diversa da própria sociedade sergipana. Sergipe hoje possui altos índices de feminicídio e recentemente tivemos diversos casos de homicídios de mulheres trans, como Laysa, Natasha e Gabi Mattos. Para as mulheres negras a situação é ainda pior. São as principais vítimas de feminicídio e violência sexual, maioria entre chefes de família que passam fome e a maior parte das vítimas de crime de racismo. Os equipamentos públicos de proteção estão sucateados, o enfrentamento à violência de gênero não é uma prioridade com política pública séria e financiamento. Defendemos acolhimento e apoio às mulheres vítimas de violência. No mercado de trabalho, não podemos admitir formas de discriminação na contratação e remuneração. Socializar os trabalhos domésticos, por meio da construção de lavanderias e restaurantes populares, para reduzir o peso das jornadas duplas e triplas que recaem sobre as mulheres. Construção de uma casa de parto estadual, política pública de garantia ao parto humanizado, não a violência obstétrica; Somos contra a criminalização do aborto, e defesa da ampliação do aborto legal, seguro e público pelo SUS. Atendimento especializado do SUS para as LGBT's, a exemplo do ambulatório trans. Criação de um plano de combate ao feminicídio, implantação da casa da mulher brasileira em Sergipe. Sabemos que a situação de pobreza atinge principalmente a população negra, mulheres e LGBT's. Com a vulnerabilidade da fome e violência por parte do estado, cresce o extermínio da juventude negra. Defendemos a efetivação da ouvidoria da defensoria pública e a instalação de câmeras nos uniformes policiais.

As mulheres têm protagonizado a luta contra o governo fascista e misógino de Bolsonaro e a omissão e negligência do governo estadual. Nós vamos reconstruir o Brasil e transformar Sergipe enfrentando a fome, combatendo a violência e garantindo trabalho, renda e acesso à saúde. É pela vida das mulheres! O PSOL apresenta a única candidatura ao governo de Sergipe liderada por uma jovem mulher negra e mãe, e tem o compromisso de entregar política pública que responda de verdade as demandas reais da nossa gente. Está na hora de Sergipe ter Governadora!

COMPROMISSOS COM AS MULHERES:

***SOMOS NÓS QUEM PARIMOS ESSE MUNDO
E SOMOS NÓS QUE PENSAMOS O ADIANTE!***

Fome, trabalho e renda:

- Renda básica para todas as mulheres em situação de vulnerabilidade;
- Ampliação do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) para todas as esferas públicas, e o resgate de projetos de doação simultânea como forma de enfrentamento emergencial da fome;
- Pela redução do valor dos combustíveis, gás de cozinha e seus derivados;
- Pelo fim do teto dos gastos e revogação das reformas trabalhistas e previdenciárias;
- Plano específico de geração de empregos e salários dignos para as mulheres. O estado deve criar uma política de investimentos para garantir empregos com especial atenção às mulheres vítimas de violência e mães solas;
- Equiparação salarial entre mulheres e homens e a população negra e branca que exercem a mesma função;
- Construção de restaurantes e lavanderias coletivas, públicas e gratuitas a fim de repassar para o Estado parte do trabalho de cuidado;
- Direito à moradia com titularidade feminina para as mulheres vítimas de violência doméstica;
- Desapropriação de imóveis abandonados para moradia popular; e regulação do mercado de aluguéis;
- Assistência técnica e extensão rural específica para as mulheres com fundamento agroecologia e economia solidária feminista;
- Crédito e fomento à produção das mulheres rurais, quilombolas, indígenas, camponesas, extrativistas, e pescadoras.

Combate às violências de gênero:

- Criação de um plano de combate ao feminicídio e à violência doméstica, com serviços de acolhimento emergencial e programas de moradia e emprego às mulheres em situação de violência;

- Integração de políticas, ações e programas multidisciplinares de segurança pública, educação, saúde, assistência social, urbanismo e transporte público na prevenção e no combate à violência contra a mulher;
- Implantação da Casa da Mulher Brasileira em Sergipe;
- Promoção de campanha contínua de combate à violência contra a mulher;
- Transparência dos dados estatísticos de ocorrências relacionadas à Lei Maria da Penha e ao feminicídio junto ao site da Secretária de Segurança Pública do Estado;
- Casas de acolhimento provisório para mulheres em situação de violência que não estejam em risco iminente de morte, mas necessitem de residência temporária e rápida resolução para o seu caso;
- Patrulhas Maria da Penha com a utilização de viaturas/equipes das guardas municipais na realização de visitas residenciais periódicas às mulheres em situação de violência doméstica;
- Delegacias Regionais Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM) 24 horas por dia e 7 dias por semana;
- Capacitação permanente sobre diversidade de gênero e raça às equipes da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres;
- Efetivação da Lei n. 12.845/2013 (do Minuto Seguinte), com a garantia de atendimento humanizado a vítimas de violência sexual, treinamento dos profissionais para a coleta e o devido armazenamento de materiais e provas para o exame médico legal;
- Defesa da alteração do art. 121, § 2o-A do Código Penal para a inclusão de mulheres trans e travestis no tipo penal de feminicídio;
- Ações de caráter preventivo, no campo da educação, e criação de programas de responsabilização e reflexão para homens autuados por crimes de violência contra a mulher, com o objetivo de diminuir os níveis de reincidência e produzir masculinidades calcadas no respeito e na não-violência;
- Criação de espaços de referência para atendimento, acolhimento e reinserção no mercado de trabalho de mulheres egressas do sistema prisional e suas famílias;
- Que as mulheres transexuais e travestis possam escolher cumprir pena em unidades prisionais femininas, enquanto houver prisão;

Saúde:

- Criação de política de combate à violência obstétrica e promoção do parto humanizado nas maternidades existentes;
- Acesso e orientação sobre toda diversidade de métodos contraceptivos na rede básica de saúde; aumentar o acesso ao DIU.
- Acesso aos serviços de abortamento legal com acompanhamento de especialistas para garantir a vida das mulheres adultas e adolescentes;

- Direitos sexuais e reprodutivos e assistência integral à saúde das mulheres privadas de liberdade, em todo o ciclo de vida e durante o pré-natal, parto, o período de amamentação e o puerpério;
- Criação de Centros de referências de atendimento à mulher em todas as cidades.

Contribuições do Setorial de Mulheres Negras para o Programa Eleitoral do PSOL

A situação socioeconômica da população negra sergipana é o retrato de como as desigualdades sociais atravessam e determinam quais os corpos mais afetados pela má distribuição de renda e pela exploração no sistema capitalista, racista e patriarcal. A realidade da pandemia aprofundou as mazelas sociais, deixando a população pobre cada vez mais vulnerável. Segundo a Organização das Nações Unidas, o Brasil volta ao Mapa da Fome, a fome que atinge as famílias pobres e negras, chefiadas por mulheres negras em sua maioria.

Diante dessa realidade, é urgente um Projeto que esteja comprometido com a erradicação das opressões que sustentam as hierarquias sociais e econômicas do país. As propostas reunidas aqui consideram as discussões e documentos formulados pelos movimentos sociais, movimento negro e movimento de mulheres negras, entendendo que deve ser um compromisso dos partidos e indivíduos que prezam pela democracia o cumprimento dos pactos estabelecidos com a sociedade civil organizada. O enfrentamento à todas as formas de violência, considerando os marcadores sociais de gênero, raça e classe é fundamental para a construção de uma sociedade mais equânime, com justiça social e que tenha como horizonte o bem-viver.

Moradia, Trabalho e renda

- Apoiar e fomentar programas de moradia para a população mais vulnerável, e que prioritariamente o imóvel esteja no nome das mulheres/mães (trans e cis) da família.
- Aumento de creches nas periferias e que tenham funcionamento em horários noturnos considerando os horários diversos de trabalho das mães.
- Cobrar programas de políticas nacionais de transferência de renda às populações tradicionais, povos indígenas e moradores de periferias que sofrem impactos e custos ambientais do avanço das políticas de desenvolvimento mal geridas pelos municípios e Estado;
- Promover ações afirmativas para as mulheres negras e indígenas e ações de enfrentamento ao racismo em todos os programas de formação profissional e de acesso ao emprego
- Fomento e incentivo de programas de cursos profissionalizantes e inserção ao mercado de trabalho para mulheres e homens (Cis e trans) sobreviventes do cárceres;
- Que as mulheres ribeirinhas, quilombolas, marisqueiras e de comunidades

tradicionais tenham seu território e direitos respeitados.

- Promover a valorização do trabalho das mulheres negras, coibindo práticas discriminatórias no mercado de trabalho, tais como salários desiguais para funções e cargos iguais, entre outras;
- Promover a urbanização das periferias e prevenção de riscos ambientais, priorizando a segurança da posse e o respeito de todos os direitos humanos.
- Reparar e indenizar as populações, especialmente das mulheres negras, afetadas por megaprojetos e processos industriais e de mineração atingidos por barragens e por desastres naturais;
- Promover a soberania alimentar e o acesso a alimentação saudável, adequada e com qualidade, livre de agrotóxicos e não transgênicos.
- Defesa de implementação de políticas de moradia para a população em situação de rua

Enfrentamento às violências

- Pela desmilitarização das polícias, entendendo que atualmente esse modelo não tem correspondido aos anseios da população, e tem sido responsável pelo extermínio em massa da população negra.
- Pelo desencarceramento já! Entendemos que atualmente a população negra é a maioria encarcerada, entendemos que essa política não ressocializa, além de criminalizar, ela corresponde as formas de violência colonial que a população negra e pobre ainda vivencia.
- Erradicação definitiva do trabalho análogo ao trabalho escravo e infantil em todo território nacional, garantindo a proteção e o desenvolvimento da(o) trabalhador(a) na área rural;
- Construção de espaços para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, garantindo o direito à educação para jovens em cumprimento esobreviventes do sistema, reconhecendo a educação como parte estruturante do sistema socioeducativo; ofertar formação específica para os profissionais do sistema socioeducativo, especificamente para professores, gestores e apoios técnico administrativos;
- Fortalecimento do Mecanismo de Combate a Tortura para o monitoramento de violação de direitos no sistema socioeducativo, prisional, centros de tratamento ao abuso de drogas em regime de internação/acolhimento transitório e comunidades terapêuticas.
- Assegurar políticas de prevenção e enfrentamento ao encarceramento da população negra, em especial das mulheres negras;
- Descriminalização de todas as drogas tornadas ilícitas, criação de instâncias de controle estatal e posterior regulamentação da produção, acesso e distribuição.
- Construção de estratégias de reparação de vítimas diretas da guerra às drogas a partir de amplo processo de escuta de movimentos sociais, comunidades e especialistas.
- Criação de programa de educação permanente sobre drogas com base nos princípios da educação popular e interseccional

- O enfrentamento à violência política que as mulheres negras, trans, cis, LGBTQIA+ estão submetidas em espaços institucionais.
- Garantia de direitos sexuais, direitos reprodutivos e justiça reprodutiva, com destaque ao direito ao aborto, para todas as pessoas, enfaticamente para meninas e mulheres negras, indígenas e população LGBTQIAP+.
- Estimular, fomentar e incentivar programas e ações de apoio e acolhimento de mulheres negras vítimas de agressão doméstica que incluam, também, sua prole, e garantir a implantação de aluguel social para as mulheres em situação de violência doméstica.
- Denunciamos as representações negativas e subalternizadas construídas através da mídia brasileira. Reivindicamos a democratização dos meios de comunicação e a representação respeitosa considerando a diversidade da população brasileira.

Educação e cultura

- Implementação da Lei 10.639/03 que torna obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira na grade curricular do ensino fundamental e médio.
- Incentivar que a legislação referente às questões étnico-raciais sejam inseridas em âmbito escolar para que a juventude negra tenha conhecimento sobre os direitos já adquiridos.
- Projetos e ações que garantam o enfrentamento do bullying e do racismo no ambiente escolar.
- Pelo respeito a todas as formas de manifestação religiosa e pelo combate a intolerância religiosa, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 4,2% dos estudantes de 13 a 17 anos que disseram ter sido vítimas de humilhação na escola apontaram sua religião.
- Promover o ensino sobre todas as religiões existentes no Brasil, com a finalidade de proporcionar o conhecimento e enfrentar a intolerância religiosa. Neste contexto, dados os casos de racismo religioso para com religiões não hegemônicas e não brancas, torna-se necessário e urgente a conscientização acerca da liberdade religiosa para com os Povos de Matrizes Africanas.
- Apoiar e garantir que mães, pais e responsáveis que trabalham ou estudam à noite tenham acesso à rede de educação, fornecer espaço público adequado para o cuidado e desenvolvimento das suas crianças, respeitando e garantindo os direitos das classes profissionais envolvidas sem que seja reproduzido o modelo de precarização e sobrecarga;
- Fomentar e incentivar programas sociais que atuem no âmbito cultural e que possam integrar a juventude negra periférica.
- Defender a implementação de programas culturais, a exemplo da capoeira, do grafite, hip-hop, caminhada para oxalá, parada LGBTQIAP+ etc., que viabilizam outras possibilidades de vida que não somente o acesso ao lazer.

Saúde

- Campanhas permanentes de enfrentamento ao racismo na saúde pública, com

focono combate à violência obstétrica que atinge principalmente as mulheres negras

- Fortalecimento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde.
- Defesa do SUS, por um Sistema único de Saúde forte, acessível, inclusivo e acolhedor com toda a população.
- Defender a instalação de ambulatórios específicos para tratar de doenças da população negra, a exemplo da Anemia Falciforme.
- Descriminalizar o aborto e garantir o atendimento ao aborto legal na rede pública, bem como os procedimentos de profilaxia às mulheres em situação de violência, incluindo também o acesso a pílula do dia seguinte;
- Erradicar a mortalidade materna de mulheres negras, aprimorando as políticas em curso e incluindo o quesito cor na avaliação de risco;
- Incentivar e fomentar projetos que implementem as práticas integrativas e afirmativas na saúde pública como o uso de fitoterápico e plantas medicinais, como o plantio de ervas como Cannabis Sativa para o uso de canabidiol no tratamento a pessoas com deficiências.
- Apoiar, incentivar e cobrar políticas que atendam as mães atípicas que lidam com a falta de rede em atendimento às crianças com deficiência e atípicas.
- Em defesa da erradicação da violência obstétrica que atinge principalmente as mulheres negras e pobres, que o SUS local promova ações de enfrentamento a essa violência, através de ações educativas como a distribuição de cartilhas sobre o assunto e orientações.
- Defendemos a presença da doula para as gestantes nas maternidades, profissionais que tem como responsabilidade o acompanhamento da gestante durante todo o período de gravidez, parto e pós-parto, além de apoiar, encorajar, oferecer conforto e suporte emocional nesses momentos.
- Ampliação e fortalecimento da rede psicossocial (Unidades de acolhimento, CAPS adulto e infanto-juvenil, Residência Terapêutica e Consultório de Rua)

Luta por direitos e reforma política

- Fomentar a participação na política nos espaços de decisão e nos órgãos públicos, garantindo a paridade e as condições materiais e simbólicas para o empoderamento e o fortalecimento da participação das mulheres negras nas quadras do poder.
- Propor uma reforma política que possa considerar novos parâmetros para a democracia brasileira, para o exercício do poder, suscitando a participação dos grupos excluídos do processo de decisão e reorganizando as formas de representação e de expressão dos interesses dos diferentes grupos e do controle social do Estado;
- Demandar ao poder público o cumprimento da Lei Complementar nº 150 de 01/06/15 que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico que garante a seguridade social e todos os direitos trabalhistas para todas as trabalhadoras domésticas;

- Direito à informação, à comunicação e à memória para os povos indígenas e negros;
- Cobrar que sejam implementadas as Leis de Cotas em concursos públicos e nas universidades federais e estaduais.
- Incentivar a criação de programas locais voltados para a redução de mortes violentas, com ênfase na adoção de medidas de prevenção à violência; projetos de fomento à mediação de conflitos urbanos através de alternativas não judicializadas para pequenos conflitos e realização da escuta ativa das demandas locais de segurança, promovendo o debate e a participação popular na construção de projetos de segurança pública a partir do olhar daqueles que historicamente foram excluídos dos espaços de decisão.
- Incidir no debate público sobre alternativas penais ao encarceramento, criando campanhas que combatam às violências e torturas no cárcere e fomentando políticas de apoio aos egressos do sistema carcerário, direcionadas à sua ressocialização e reinserção no mercado de trabalho;

DEFESA DAS NOSSAS EXISTÊNCIAS E POR MAIS DIREITOS PARA AS PESSOAS LGBTQIA+

O Brasil é um dos países que mais mata pessoas LGBTI+ no mundo. Além do assassinato, outras violências são vividas: depressão, desemprego, índices alarmantes de ISTs, expulsões de casa, agressões verbais, tortura, assassinato, estupros corretivos, abandono na velhice, etc. Sergipe é o 4º estado, proporcionalmente, que mais mata pessoas LGBTQIA+. Pessoas trans são as principais vítimas dos crimes de ódio, constituem o grupo mais vulnerabilizado à epidemia de hiv/aids, são estigmatizadas e também sofrem a exclusão e a discriminação no acesso à educação, à saúde, ao emprego e à moradia. Diante disso, propomos:

- Construção de Casas de Acolhimento, moradia e inclusão social para as pessoas trans expulsas de casa e/ou em situação de rua;
- Construção do Ambulatório Trans Estadual, com disponibilidade de Tratamento Fora de Domicílio (TFD);
- Atenção à população intersexual, garantindo autonomia sobre seus corpos, orientação das famílias e proteção de seus direitos;
- Prevenir e enfrentar o bullying e a violência LGBTIfóbica e promover respeito e valorização da diversidade, com material didático sobre diversidade de gênero e sexualidade para a formação de educadores e estudantes;
- Uso de nome social nas escolas e banheiros adequados à identidade de gênero auto percebida;
- Programa estadual de prevenção do abandono escolar e de reinserção no sistema educativo, em todos os níveis; ações afirmativas para o acesso e permanência nas universidades;

- Produzir dados sobre pessoas LGBTI+ em situação de rua e articular as políticas de assistência social e habitação, com unidades de acolhimento e políticas afirmativas para habitação popular.
- Espaços de vivência específica para pessoas trans nos presídios, como opção voluntária.
- Saúde integral das mulheres lésbicas e bissexuais e homens trans, articulando com as instituições de formação de profissionais da saúde, combatendo a violência ginecológica e obstétrica;
- Prevenção ao suicídio de LGBTI+ e fortalecimento dos mecanismos e equipamentos da política de saúde mental, através da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

9) Poder popular e mobilização social permanente!

Com coragem e sem conciliação podemos avançar em mudanças reais no país e em Sergipe, apoiadas na mobilização de nossa classe e da juventude. Um governo de esquerda deve rejeitar as alianças com a burguesia, e construir sua força pela mobilização e organização da maioria trabalhadora e pobre. A voz dessa maioria precisa ser constantemente ouvida nas principais decisões, por meio de plebiscitos, referendos e instâncias permanentes de deliberação de políticas públicas pelos movimentos sociais.